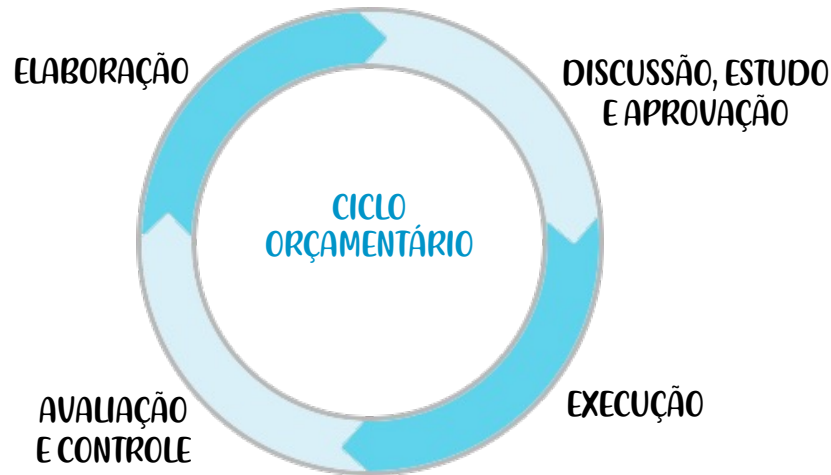


# ciclo ORÇAMENTÁRIO

## ASPECTOS GERAIS

- O ciclo/ **processo**:



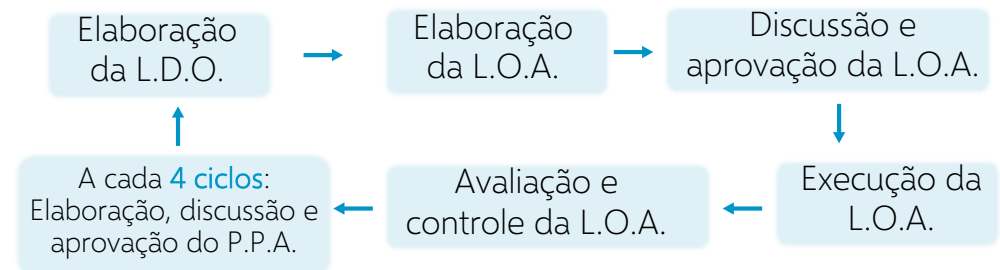
- É contínuo e **dinâmico**.
- Não é autossuficiente → a elaboração de sua proposta renova-se anualmente.

Exercício financeiro  
(= ano civil)

≠

Ciclo  
orçamentário  
Inicia-se com a elaboração,  
no exercício anterior àquele  
da execução

## CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO



P.P.A. → 4 anos  
L.D.O. → Anual  
L.O.A. → Anual

ciclo

ORÇAMENTÁRIO

= ELABORAÇÃO E PLANEJAMENTO =



## INICIATIVAS

### PODER EXECUTIVO

- **P.P.A.:** Plano Plurianual
  - **L.D.O.:** Lei de Diretrizes Orçamentárias
  - **L.O.A.:** Lei Orçamentária Anual.
- É competência privativa do presidente (e indelegável)
- A iniciativa é **vinculada** (obrigatória).

### PODER JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO, MPs E DPs

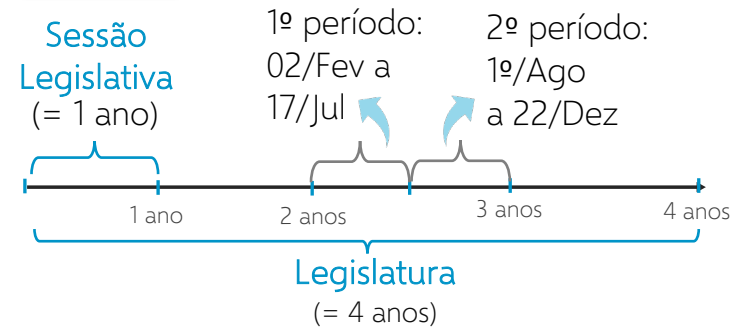
- Elaboram suas **próprias propostas** orçamentárias.
  - O **Poder Executivo** colocará à disposição dos demais poderes e M.P. estudos e **estimativas de receitas** para o exercício seguinte no mínimo **30 dias** antes do prazo de envio de suas propostas orçamentárias.
  - Se algum dos poderes ou M.P. **não enviarem** suas propostas no prazo:
- O Executivo usará os valores aprovados na **L.O.A. vigente**, **ajustados** de acordo com os limites estipulados na L.D.O.



CAI MUITO!

Se a **proposta** de algum dos poderes ou M.P. estiver em **desacordo com os limites** da L.D.O., o Poder Executivo **procederá aos ajustes** necessários para consolidação da proposta orçamentária anual

## PRAZOS



### INSTRUMENTO

### ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO

### DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO

**P.P.A**

Até **4 meses** antes do encerramento do 1º exercício (**31/ago**)  
(1º ano do mandato)

Até o encerramento do **2º período** da sessão legislativa (**22/dez**)

**L.D.O**

Até **8 meses e meio** antes do encerramento do exercício (**15/abr**)

Até o encerramento do **1º período** da sessão legislativa (**17/jul**)

**L.O.A.**

Até **4 meses** antes do encerramento do 1º exercício (**31/ago**)

Até o encerramento do **2º período** da sessão legislativa (**22/dez**)

- Caso o **executivo** não submeta a proposta orçamentária dentro do prazo, o **legislativo** considera como **proposta orçamentária** a **L.O.A. vigente**

# LEI COMPLEMENTAR

CF/88: cabe à Lei Complementar:

1. Dispor sobre:
  - O exercício financeiro
  - Vigência  
Prazos  
Elaboração  
Organizaçãodo P.P.A.,  
L.D.O. e L.O.A.
2. Estabelecer **normas** de gestão financeira e patrimonial da administração
  - + Condições para { instituição  
funcionamento  
dos fundos
3. Dispor sobre **critérios** para execução equitativa das **emendas individuais** e **de bancada** (adicionado pela EC 100/2019) de execução obrigatória
  - + Procedimentos para quando houver:
    - Impedimento { legais  
técnicos
    - Cumprimento de restos a pagar
    - Limitação das programações

## ciclo ORÇAMENTÁRIO = ELABORAÇÃO E PLANEJAMENTO =

### CONTEÚDO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

1. **Mensagem**: Conterá exposição circunstanciada da situação econômico-financeira do Governo:
  - Dívida fundada e fluante
  - Saldo de créditos especiais
  - Restos a pagar
  - + Justificação da política econômico-financeira do Governo
  - + Justificação de receitas e despesas
2. **Projeto** da L.O.A.
3. **Tabelas** explicativas: receitas e despesas de vários anos.
2. **Especificação** dos programas especiais de trabalho custeados por **dotações globais**

Em termos de **metas** visadas (estimativas dos custos de obras + serviços)

- + Justificação { Econômica  
Financeira  
Social  
Administrativa

**EMENDA PARLAMENTAR** ≠ **EMENDA CONSTITUCIONAL**

Emendas ao projeto em tramitação no processo Legislativo.

Alteração da Constituição Federal



ASPECTOS GERAIS

- = Debate entre os parlamentares sobre a proposta
- Os projetos das peças orçamentárias serão apreciados pelas duas casas legislativas na forma do regime comum.

APROVAÇÃO

- Por maioria simples em cada casa. (É uma Lei Ordinária)
- Aplicam-se, em regra, as normas do processo Legislativo. (No que não lhe for contrário)
- Só há "punição" se a L.D.O. não for aprovada no prazo:

CAI MUITO!

A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto da L.D.O.

Não se aplica ao P.P.A. ou à L.O.A

ciclo  
ORÇAMENTÁRIO  
= DISCUSSÃO, ESTUDO =  
E APROVAÇÃO

COMISSÃO MISTA DE PLANOS,

ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

- Comissão permanente do legislativo Federal.
- Mista = Senador + Deputados. (A dos demais entes é comissão normal)

CAI MUITO!

O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso para propor modificações nos projetos enquanto não iniciada a votação, na comissão mista (não é no plenário!) da parte cuja alteração é proposta.

SANÇÃO


- É a concordância do chefe do executivo com o projeto de Lei. (Veto = Discordância)
- Se o legislativo não devolver o PLOA, o executivo deve obedecer as regras de execução provisória para a realização de despesas essenciais previstas na L.D.O. até que ele seja devolvido.

Em regra, as L.D.O.s determinam que, se até 31/dez o projeto da L.O.A. não for sancionado, a programação dele constante poderá ser executada até o limite de:

1/12 do total de cada ação x Número de meses até sua sanção

## EMENDAS PARLAMENTARES


- Tipos de emendas:
  - Individuais
  - De bancada estadual
  - De comissão (cujas competências sejam relacionadas)
- Regra: **não** será admitido aumento de despesa prevista no **P.P.A.** através de emendas.


 P.L.O.A.  
 P.L.D.O. } É **permitido** aumento de despesa

Reestimativa de receitas pelo legislativo só será admitida se comprovado **erro** ou **omissão** de ordem técnica ou legal.

## PROIBIÇÕES

- Não se admitirão **emendas ao P.L.O.A.** que visem:
  - Alterar dotações** solicitadas para despesa de **custeio** (salvo se provada a inexistência da proposta)
  - Conceder dotação para:
    - Início de **obra** cujo projeto não esteja aprovado
    - Instalação/ funcionamento de **serviço** que não esteja anteriormente criado
  - Conceder **dotação superior** aos quantitativos previamente fixado em **resolução** do poder legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

As emendas ao projeto da **L.D.O.** não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o P.P.A.  **CAI MUITO!**

# ciclo ORÇAMENTÁRIO

= DISCUSSÃO, ESTUDO =  
E APROVAÇÃO

## APROVAÇÃO DE EMENDAS DECORE!

- As emendas ao P.L.O.A. (ou aos projetos que o modifiquem) **só podem ser aprovadas** caso:
  - Sejam compatíveis com o **P.P.A.** e com a **L.D.O.**
  - Indiquem os **recursos** necessários

São admitidos apenas os provenientes de **anulação de despesa**, exceto:

- Dotações para pessoal e seus encargos.
- Serviço da dívida
- Transferências tributárias constitucionais para { Estados/DF  
Municípios

- Sejam relacionadas a:
  - Correção de erros ou omissões
  - Dispositivos do texto do projeto de Lei.  
(= emendas de redação)

# ciclo ORÇAMENTÁRIO = EXECUÇÃO =

## ASPECTOS GERAIS

- Execução **orçamentária**: uso das dotações dos créditos consignados na L.O.A.
  - Execução **financeira**: uso dos recursos financeiros.
- Devem estar em compasso com o desempenho da meta física.
- Até **30 dias** após a publicação do orçamento, o poder **executivo** estabelecerá:
    - Programação financeira
    - Cronograma de execução mensal de desembolso

## CUMPRIMENTO DE METAS

- Os **recursos vinculados** a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, **ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.**

(As bancas adoram mudar esse final)  PEGADINHA!

## EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS E DE BANCADA

### DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA

- Introduzidas pela [EC 86/2016](#) e [EC 100/2019](#).
  - A execução das emendas parlamentares deixou de ser usada como moeda de troca.
  - **EMENDAS INDIVIDUAIS**: serão aprovadas no limite de **2%** da **RCL** (Receita Corrente Líquida) do exercício anterior. NOVIDADE!
    - ↪ **Metade** será destinada a ações e serviços públicos de **saúde**.
- |   |                      |         |  |
|---|----------------------|---------|--|
| { | emendas de Deputados | → 1,55% | • Vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais  |
|   | emendas de Senadores | → 0,45% | • Computada para fim de cumprimento do mínimo de 15% da RCL em saúde |

### EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA:

- Emendas Individuais: **2%** da **RCL realizada** no exercício **anterior**, conforme critérios para **execução equitativa**
- Emendas de bancada: **Até 1%** da **RCL realizada** no exercício **anterior**. ([EC 100/2019](#))
- A execução **não** será **obrigatória** se houver impedimentos de **ordem técnica**.
- Os **restos a pagar** poderão ser considerados para fim de cumprimento da execução financeira das emendas obrigatórias até o limite de: NOVIDADE!
  - para emendas **individuais** → **1%**
  - para emendas **de bancada** → **0.5%**
- Se houver **limitação de empenho** e movimentação financeira, o montante obrigatório poderá ser **reduzido na mesma proporção**.

ciclo  
ORÇAMENTÁRIO  
= EXECUÇÃO =

### EXECUÇÃO EQUITATIVA:

Atende de forma **igualitária** e **impeccal** às emendas apresentadas, independentemente da autoria, observada a proporção entre emendas de Deputados e Senadores

## AVALIAÇÃO

- Analisa { eficácia  
eficiência } da execução orçamentária
- Fornece **elementos de juízo** aos gestores para adotar medidas para:
  - Alcançar os objetivos
  - Otimizar o uso dos recursos
- **Eficácia**: grau de atendimento das metas (resultados)
- **Eficiência**: resultados + Uso de recursos
- **Efetividade**: transformação da realidade conforme o objetivo estabelecido

## CONTROLE

- Controle **legal**: para garantir que os recursos serão aplicados conforme previsto e segundo as leis.
- Controle **de resultado**: para garantir a efetividade das ações

# ciclo ORÇAMENTÁRIO = AVALIAÇÃO E CONTROLE =

## CONTROLE NA CF/88

- Cabe ao **Congresso Nacional** (Controle externo) e ao sistema de **controle interno** de cada poder.

A fiscalização **COFOP**:

- **Contábil**: aplicação dos recursos conforme as técnicas contábeis
- **Orçamentária**: aplicação dos recursos conforme instrumentos de planejamento e orçamento.
- **Financeira**: fluxo de recursos administrados
- **Operacional**: verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia, eficiência...
- **Patrimonial**: controle, salvaguarda, conservação e

## PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Qualquer pessoa { Física/jurídica  
Pública/privada } que

Utilize  
Arrecade  
Guarde  
Gerencie  
Administre } Dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda ou que, em nome desta, assuma obrigações pecuniárias.




# ciclo ORÇAMENTÁRIO

= AVALIAÇÃO E CONTROLE =

## CONTROLE

### CONTROLE INTERNO

- **Finalidades:**  **DECORE!**
  1. Avaliar o cumprimento das metas do PPA
    - + Execução dos programas de Governo
    - + Execução do orçamento da União
  2. Comprovar legalidade
    - + Avaliar resultados (Eficácia e eficiência)
- Da gestão 

{	Financeira
	Orçamentária
	Patrimonial

 da administração e
- Da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado
- 3. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias + direitos e haveres da União.
- 4. Apoiar o controle externo na sua missão institucional.



PEGADINHA!

As bancas trocam por "Controle externo"



### CONTROLE EXTERNO

- Pelo **Poder Legislativo**, com auxílio do **tribunal de contas**.
- Principais competências do **TCU** (Art. 71, CF/88):
  - ➔ Não julga!!
- 1. **Apreciar** as contas do Presidente da República (anuais) (Parecer prévio em até 60 dias)
- 2. **Julgar** as contas:  
Dos administradores de dinheiros, bens e valores públicos
  - + de quem der causa a perda, extrativo ou outra irregularidade que resulte prejuízo ao erário
- 3. Apreciar, para **fins de registro**, a legalidade dos atos de:
  - Admissão de pessoal a qualquer título (Salvo para cargos em comissão)
  - Concessão de aposentadorias, reformas e pensões
- 4. Fiscalizar a aplicação de **recursos repassados** pela União mediante convênio, acordo ou ajuste a Estados, DF e, municípios.
- 5. **Aplicar sanções** previstas em lei aos responsáveis em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.
- 6. Sustar a execução de **ato impugnado** (contrato não!)
  - As **decisões** do TCU de que resulte 

{	Multa
	Imputação de débito

 terão eficácia de **Título Executivo**.
  - O **TCU** encaminhará ao Congresso Nacional, **trimestral** e **anualmente**, o relatório de suas atividades.